

# Impasse leva dívida <sup>Pública</sup> ao plenário do Congresso

Quarenta e oito horas de discussão ainda não foram suficientes para que Governo e Congresso chegassem a um acordo sobre o pagamento da dívida dos Estados com aval da União. O Governo apresentou uma nova proposta, na madrugada de domingo, segundo a qual os estados pagariam os juros da dívida vencida e a vencer no próximo ano, com financiamento de 100 por cento do principal. Os governadores recusaram e firmaram posição em torno da proposta encaminhada pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que prevê o pagamento somente da dívida a vencer no próximo ano, com financiamento do principal.

Pela nova proposta do Governo, os governadores teriam que desembolsar Cz\$ 340 bilhões, contra Cz\$ 90 bilhões previstos na proposta contida no relatório preliminar da Comissão de Orçamento. Chamados com urgência a Brasília, pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, os secretários da Fazenda de São Paulo, José achado Campos, e do Rio de Janeiro, Cláudio Sochaczewsky, tomaram conhecimento da nova proposta oficial e a rejeitaram imediatamente. Ressalte-se que ela já tinha sido anteriormente apresentada a eles pelo ministro do planejamento, João Batista de Abreu e, igualmente, rejeitada. Segundo José Machado Campos, ela não satisfaz, pois colocará os três estados maiores devedores, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em situação de ingovernabilidade. Não é possível pagar o que o Governo exige, disseram os dois secretários.

A demora em se chegar a uma solução aumentou a impaciên-

cia do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Ele ressaltou que tem condições de esperar somente até ao meio-dia de hoje, por uma solução. O presidente Sarney deverá reunir-se às 8 horas com os ministros da Casa Civil, Costa Couto, da Fazenda, Majlson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, para buscar a solução final. Logo após essa reunião, a proposta oficial será levada ao presidente da Comissão. Com ou sem acordo, diz Cid Carvalho, o relator da Comissão, senador Almir Gabriel, encaminhará o relatório para receber emendas e, em seguida, na terça-feira, para ser votado em plenário.

Cid Carvalho destacou que, enquanto não se chega a um acordo, a comissão manterá a sua proposta, de exigir dos estados o pagamento dos juros da dívida a vencer no próximo ano, com a rolagem do principal. Ou seja, está descartada a alternativa sugerida pelo Governo, de exigir o pagamento dos juros sobre a totalidade da dívida, vencida e a vencer. O deputado Genivaldo Correa, integrante da comissão Orçamento, ainda tentou uma negociação, por telefone, com o governador de São Paulo, o Estado mais endividado, mas este foi reticente, não aceitou negociar.

As alternativas colocadas pela Comissão ao Governo encontram neste um duro opositor. Inicialmente, o Governo encaminhou uma proposta, a de receber o pagamento de 25 por cento da dívida vencida e a vencer no próximo ano, prevendo uma arrecadação de Cz\$ 580 bilhões; os governadores recusaram e acerta-

ram com a comissão de orçamento uma contraproposta que previa o pagamento de somente Cz\$ 90 bilhões. O Governo teria que encontrar uma forma de compensar uma queda de receita de Cz\$ 490 bilhões. Ou teria que emitir ou cortar subsídios e incentivos fiscais, como sugestão da Comissão de Orçamento, mas resistiu.

Além de resistir à proposta da Comissão de Orçamento, o Governo está reagindo, também, à disposição da mesma comissão de eliminar o mecanismo de indexação do orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento. O relator justifica esta alteração, argumentado que o orçamento indexado permite um reajuste automático de todas as despesas, sem a interferência do Congresso. O senador Almir Gabriel discordou da proposta oficial de um reajuste suplementar no orçamento, de 25 por cento, mas admite tal hipótese somente se o orçamento for desindexado, abrindo possibilidade de se trabalhar com uma inflação previamente estimada.

A situação continua indefinida. Não se sabe se o Governo encaminhará uma nova proposta orçamentária ou se encaminhará emendas à proposta contida no relatório da comissão, que deverá ser apresentado, impreterivelmente, hoje, às 18 horas, segundo garantiu o deputado Cid Carvalho. Tudo indica que o impasse da dívida estadual deverá ser resolvido no voto, pelo plenário do Congresso, se não for alcançado um consenso entre Poder Executivo e Poder Legislativo, responsável, de acordo com a nova Constituição, pela aprovação do orçamento.